

## Cadeia produtiva da soja

## Renovação da moratória

COM O objetivo de conciliar o desenvolvimento econômico e a preservação socioambiental no Bioma Amazônia, foi firmada a moratória da soja em 24 de julho de 2006. Foram signatárias do documento a Associação Brasileira da Indústria de Óleo Vegetal (Abiove), Associação Nacional das Empresas Exportadoras de Cereais (Anec) e as organizações não governamentais (ONGs) – Conservação Internacional, Greenpeace, Ipam, TNC, WWF-Brasil e o Ministério do Meio Ambiente (MMA). O compromisso era de não comercializar a oleaginosa nas áreas desmatadas no Bioma Amazônia.

Definidos conjuntamente por empresas e ONGs, os critérios para a realização do monitoramento foram:

1. Áreas desflorestadas após agosto de 2006;
2. Polígonos acima de 100 hectares;
3. Municípios com 5 mil hectares ou mais de soja plantada nas safras 2006/07, 2007/08 e/ou 2008/09;
4. Municípios total ou parcialmente contidos no Bioma Amazônia;
5. Polígonos fora das áreas protegidas;
6. Monitoramento Piloto: desmatamento abaixo de 100 hectares nos municípios de Feliz Natal, União do Sul e Vera (MT).

Existem dificuldades para a realização do monitoramento. O período de tempo para a sua execução é curto e as condições climáticas adversas impedem os sobrevoos. De outro lado, os locais são remotos e de difícil acesso terrestre, com dificuldades para as aeronaves fazerem reabastecimento durante a rota.

Os resultados do monitoramento mostram que a soja não é mais um fator im-

portante no desflorestamento do Bioma Amazônia. Com participação de quase 90% no volume comercializado, os associados da Abiove e Anec, desde a declaração da moratória, não adquiriram a soja produzida em áreas desflorestadas.

Nas 12 propriedades em que se constataram desmatamento, as operações comerciais de compra do grão foram

bloqueadas automaticamente, sem haver o processamento dos referidos pagamentos. Ao final da temporada serão realizadas auditorias externas nos sistemas das empresas para verificar se compraram soja dessas 12 propriedades.

A Proposta Abiove e Anec é criar um novo Sistema de Verificação da Propriedade, que seja:

- Voluntário, remunerado e de abrangência nacional;
- Simples, representativo e transparente;
- Adequado à realidade do produtor;
- Respeitoso aos anseios do consumidor mundial;
- Parceira das ONGs da Moratória da Soja;
- Auditado por empresas e entidades nacionais e internacionais. ■

## Quatro ações prioritárias

## 1. Revisar da Metodologia de Monitoramento

**OBJETIVO:** ampliar e melhorar a amostragem dos polígonos inferiores a 100 hectares, mantendo a simplicidade e operacionalidade do sistema de monitoramento vigente.

**ESTRATÉGIAS:**

- Analisar e propor alterações no monitoramento da próxima safra;
- Buscar apoio acadêmico na elaboração da amostragem;
- Possibilidade de estabelecer parcerias específicas com o Inpe e/ou RapidEye para a pré-seleção dos polígonos que necessitam verificações in loco.

## 2. Políticas de uso do solo

**OBJETIVO:** desburocratizar e apoiar a tramitação dos zoneamentos dos estados que ainda não o aprovaram ou não o implementaram.

**ESTRATÉGIAS:** divulgar a importância desse instrumento para o setor privado e cobrar maior agilidade das partes envolvidas para sua aprovação e implementação.

## 3. Compensação financeira por desmatamento evitado

**OBJETIVO:** propor e apoiar mecanismos de remuneração para valorizar a preservação das florestas (fundos internacionais) e compensar o produtor por abrir mão do seu direito de produzir.

**ESTRATÉGIAS:** tentar expor o caso da moratória em Copenhague e outros fóruns para buscar recursos de fundos internacionais.

## 4. Estimular o cadastramento das propriedades e sensibilizar os produtores para atender ao disposto na legislação

**OBJETIVO:** ampliar o número de propriedades cadastradas e cobrar do governo federal apoio para melhorar a estrutura dos programas estaduais de cadastramento e licenciamento.

**ESTRATÉGIAS:**

- Promover campanhas de conscientização dos produtores;
- Manter reuniões com os órgãos estaduais e o MMA.
- Criar sistema de estímulo para cumprimento da legislação e boas práticas por meio de uma verificação voluntária e remunerada.